



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 3/2020, em que são recorrentes **Joel Ermelindo Pereira de Brito e Rider Janó Miranda Tavares**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 20/2020

(Joel Ermelindo Pereira de Brito e Rider Janó Miranda Tavares v. STJ, sobre violação da garantia a não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais)

I. Relatório

1. Como tem sido prática consistente reiterada deste Tribunal, no que concerne ao relatório reitera-se o que já constava da decisão que admitiu este recurso – *Acórdão n.º 3/2020, de 14 de fevereiro, Joel de Brito e Rider Janó v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 25, 3 de março de 2020, pp. 621-627 – acrescentando-se posteriormente a tramitação subsequente:

2. “Joel Ermelindo Pereira de Brito e Rider Janó Miranda Tavares, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 80/2019, de 27 de dezembro, proferido pelo [...] Supremo Tribunal de Justiça que indeferiu a providência de habeas corpus n.º 65/2019, vêm, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2, da Constituição da República, interpor o presente recurso de amparo constitucional e, ao mesmo tempo, requerer a adoção de medida provisória, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º e 14.º, todos da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), alegando, no essencial, o seguinte: 1.1. Os recorrentes encontram-se detidos e privados de liberdade por lhes ter sido decretada como medida de coação a prisão preventiva, desde 18 e 20 de abril de 2019, respetivamente; 1.2. (...) foram acusados da prática de quatro crimes de roubo com violência sobre pessoa, p.p. pelos artigos 198.º n.º 1 e 2 do CP e dois crimes de detenção de arma branca, p.p. artigo 90.º da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de maio; 1.3. Foram notificados da acusação no dia 16 de agosto de 2019, para querendo, deduzirem o pedido de ACP, tendo[-]o feito no prazo

legal, ou seja, em 23 de agosto de 2019; 1.4. Volvidos praticamente quatro meses depois da data da entrada do requerimento de ACP, os recorrentes não foram notificados do despacho que tenha recaído sobre o pedido de abertura da ACP, nem que tenha designado uma data para a realização do julgamento; 1.5. Decorrido esse tempo sem que tenham sido pronunciados ou, pelo menos, notificados do despacho que tenha declarado o processo de especial complexidade e, conseqüentemente, elevado o prazo de prisão preventiva, consideraram que se encontravam em prisão preventiva há mais de oitos meses, o que não seria permitido pela Constituição e pelo Código de Processo Penal; 1.6. Por isso, apresentaram junto do Supremo [T]ribunal de Justiça uma providência de habeas corpus, na qual alegaram a violação do direito à liberdade sobre o corpo e a garantia da presunção da inocência, previstos respetivamente, pelos artigos 29.º, 30[º] e 35.º da Constituição da República; 1.[7]. Todavia, assim não entendeu a Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça, tendo indeferido o seu pedido; 1.[8]. Por não se conformarem com [o Acórdão] nº 80/2019, de 27 de dezembro, proferido pelo [...] Supremo Tribunal de Justiça, principalmente, pelo facto desse aresto ter atribuído à norma da alínea b) do n.º 1 do artigo 279º do CPP um sentido que alarga o prazo de prisão preventiva em violação aos direitos, liberdades e garantias, interpuseram o presente recurso de amparo, através do qual imputam ao acórdão recorrido a violação dos seguintes direitos fundamentais: Liberdade, artigos 29º, 30º e 31º, todos d[a] CRCV; Presunção da inocência, artigo 35º da CRCV; Direito a um processo justo e equitativo, artigo 22º da CRCV; 1.[9]. Terminam o seu arrazoadado, formulando, em síntese, os seguintes pedidos: A) - Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20.º, n.º 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde; B) Ser aplicada a medida provisória e em consequência restituir os recorrentes [à] liberdade, artigos 11º e 14º, da Lei de Amparo[;] C) - Ser julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o [A]córdão nº 80/2019, de 27/12/19[,] do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências; D) Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (processo justo e equitativo, liberdade e presunção de inocência); E) Ser oficiado ao SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo de providência de Habeas Corpus n.º 79/2019; 1.9. Mais requerem que, ao abrigo dos artigos 11º nº 1 e 14º nº 1 al. b) da Lei do Amparo, sejam adotadas medidas provisórias, (...)”.

3. Depois de admitido o recurso pelo acórdão supramencionado – cabendo, na sequência de sorteio, a relatoria do processo ao JC Pina Delgado –, tramitou da seguinte forma:

3.1. Nessa qualidade, emitiu o despacho de 20 de março de 2020 (f. 64), determinando a notificação da entidade recorrida para que, em querendo, respondesse ao pedido de amparo dos recorrentes; entretanto o órgão judicial em causa optou por não utilizar a faculdade prevista pelo 2 do artigo 18 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* dentro do prazo legal.

3.2. Assim, não tendo o órgão recorrido respondido dentro do prazo legal, por determinação do Relator lavrada em despacho de 20 de março (f. 64) os autos foram ao Ministério Público a 31 do mesmo mês para efeitos de vista final conforme determina o artigo 20 do mesmo diploma de processo constitucional. Foram devolvidos no dia 7 do mês seguinte devidamente acompanhados de douto parecer subscrito pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República pugnando pela não procedência do pedido por fundamentos que sumarizou da seguinte forma: *“Considerando que “a presunção de inocência” se reporta às provas, especialmente, à obrigatoriedade do acusador e julgador aduzirem elementos que provam a imputação objectiva e subjectiva de ilícitos penalmente relevantes aos arguidos, não é evidente que tendo havido uma acusação que elenca as provas ca[r]readas para os autos, e sem que se tenha realizado a audiência de discussão e julgamento se possa, de forma consistente, sustentar, através de um recurso de amparo constitucional, a violação da presunção de inocência; pois eventual desacordo com a apreciação dos factos indiciários que determinaram a prisão preventiva ou a sua manutenção, poderiam ser impugnados por via de um recurso, cuja [...] tramitação é relativamente célere, ao abrigo do disposto no artigo 263º do CPP. Porém[,] na eventualidade de ser [outro? o] entendimento do Tribunal Constitucional a sindicância dos fundamentos da decisão do tribunal de primeira instância, sempre se dirá que, é nosso entendimento que a ACP, in casu, foi acertadamente rejeitada, por inadmissibilidade legal, nos termos do art.º 326º do CPP (vd. P. Pinto Albuquerque in-Comentário do CPP (...) anotação ao art.º 286º e 287º). Com o recurso de amparo pretende-se restabelecer ou preservar direitos, liberdades e garantias fundamentais e constitucionalmente reconhecidos e não, transformá-lo em mais uma instância de recurso ordinário das decisões do STJ. Para o recurso de amparo, não basta o*

inconformismo com a decisão do STJ. Exige-se que, à partida, um direito fundamental, reconhecido pela Constituição da República tenha sido violado, e se observe os procedimentos formais. Do exposto, conclui-se, por conseguinte, pela manifesta existência da violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos, como suscetível de recurso de amparo, pelo que: a)

Deve ser negado provimento ao recurso de amparo, por falta de fundamento legal; b) Os fundamentos aduzidos pelos recorrentes para fundamentar a ilegalidade da sua situação processual por via de extinção da prisão preventiva por decurso do prazo, não procedem”.

4. Dando seguimento à tramitação o processo regressou ao Tribunal Constitucional, destacando-se que:

4.1. A 8 de junho de 2020, nos termos conjugados do artigo 21 da *Lei do Amparo e do Habeas Data* e dos números 1 dos artigos 6º e 7º da *Lei que Estabelece Medidas Excepcionais e Temporárias para fazer face à Situação Epidemiológica Causada pelo Coronavírus e pela Doença COVID 19*, o Juiz-Relator depositou projeto de acórdão por via eletrónica e pediu a inclusão do processo na pauta de julgamentos desta Corte, decorrendo disso despacho do Presidente – também comunicado eletronicamente no dia 9 do mesmo mês –, marcando sessão para o dia 11 seguinte por videoconferência.

4.2. O Plenário Virtual realizou-se na data marcada contando com a presença dos Juízes Conselheiros, do Secretário da Corte, do mandatário do recorrente e um colaborador deste órgão judicial. O Ministério Público, apesar de ter sido notificado não compareceu, e, apesar da divulgação feita através da página do Tribunal, ninguém do público se inscreveu para ter acesso.

4.2.1. Depois de aberta a sessão pelo Presidente, o Relator apresentou um resumo do projeto de acórdão.

4.2.2. Em seguida, tomou a palavra o Venerando JC Aristides R. Lima, que depois de enquadrar o objeto do processo, mostrou a sua concordância com o projeto apresentado e com a proposta de encaminhamento.

4.2.3. De sua parte, o JCP Pinto Semedo, depois de ter acentuado a ligação do julgamento do mérito deste recurso com uma primeira apreciação feita – em sede de pedido de concessão de medida provisória em que o Tribunal já tinha ficado com o entendimento de que as hipóteses de sucesso da pretensão não seriam evidentes dada a clareza do regime legal e da sua interpretação pelo órgão recorrido – também votou com o relator.

4.3. Seguiu-se a elaboração da versão final do acórdão decorrente da habitual arbitragem pós-decisória feita pelos juízes, que se formula como se segue:

II. Fundamentação

1. Os recorrentes asseveram que determinados direitos fundamentais de sua titularidade, que elencam como os direitos à presunção da inocência, ao processo justo e equitativo e à liberdade, foram violados por conduta do órgão judicial recorrido. Já que este negou o seu pedido de *habeas corpus*, num momento em que, conforme entendem e argumentam, estariam em situação de prisão preventiva ilegal, pois o prazo processual para que fossem privados provisoriamente da sua liberdade se esgotara decorridos oito meses sem que fossem notificados do despacho de pronúncia ou de qualquer outro que declarasse a especial complexidade do processo.

1.1. Neste tipo de caso, como o Tribunal já havia ressaltado em decisão anterior em que conduta parecida foi avaliada, o direito que serve de parâmetro-base para a condução do escrutínio que o Tribunal deve operar é a garantia de não ser mantido em prisão preventiva para além do prazo legalmente estabelecido, pelo que a lesão a outros direitos, nomeadamente aos invocados pelos recorrentes, somente poderá ser indireta.

Assim, resulta do aresto que o Tribunal tirou no âmbito do caso *Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, decidido pelo Acórdão nº 26/2019, de 9 de agosto, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1590-1596, para. 2, que “2. A essas condutas, o recorrente atribui expressamente a violação da sua liberdade sobre o corpo e à sua garantia à presunção da inocência, não sendo de se questionar que poderão em abstrato impactar com a última e através desta com a primeira. Porém, o parâmetro mais evidente e forte no caso concreto

porque consagrado de modo mais taxativo a partir da sua formulação como uma regra é a garantia estabelecida pelo número 4 do artigo 31 da Lei Fundamental de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos previstos pela Lei, com a fórmula linear segundo a qual “a prisão preventiva está sujeita aos prazos legais estabelecidos na lei”. 2.1. Este Tribunal Constitucional já tinha construído o seu entendimento geral a respeito desta garantia em vários arestos, nomeadamente quando, 2.1.1. Asseverou que “a prisão preventiva é a medida de coação de ultima ratio. Por conseguinte, a sua duração não pode ultrapassar os limites legais e constitucionais, nem pode ser confundida com uma constitucionalmente ilegítima antecipação da pena. Além de, no geral, possuir um potencial lesivo do direito à liberdade sobre o corpo, de forma específica coloca-se sempre em posição de vulneração da garantia da presunção da inocência” (p. 2143) (Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no BO, I Série, n. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2157). 2.1.2. Considerou que “Como medida de coação da última ratio encontra-se constitucionalmente protegida temporalmente pela norma do n.º 4 do artigo 31.º da Constituição, ao estabelecer que “a prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei.” Por conseguinte, a sua [...] duração não pode ultrapassar os limites constitucionais e legais, nem pode ser confundida com a antecipação da pena, sob pena de se violar o princípio da presunção de inocência” (p. 14) (Acórdão nº 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no BO, I Série, n. 88, Suplemento, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21). 2.1.3. Assentou que “A norma do Código de Processo Penal que estipula os prazos máximos de prisão preventiva, em cada fase processual, tem a textura de regra, pelo que a sua interpretação e aplicação é relativamente simples, porque as regras contêm comando que ou se cumpre ou não se cumpre, diferente dos princípios que possuem estrutura de conteúdo mais flexível, passíveis de várias interpretações. Em princípio, uma regra que estipulasse um prazo máximo para a prática de um ato ou duração de uma medida qualquer não criaria este tipo de problema, pois findo o prazo já não seria possível praticar o ato ou a medida teria necessariamente que deixar de produzir os seus efeitos. Pelo que a prática do ato ou a duração da medida, como se revela [n]o nosso caso, para além do prazo seria, em princípio, ilegal” (p. 186) (Acórdão nº 1/2019, de 10 de janeiro, Aldina Ferreira v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no BO, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 178-

187). 2.2. *Nesta conformidade, com a garantia em causa, acoplada a outra garantia, a de que em caso algum a prisão preventiva poderá ser superior a trinta e seis meses, o legislador tenta, estabelecendo um limite aparentemente máximo, também fixar balizas intercalares que acompanham fases processuais penais relevantes estabelecidas pela própria lei e assim constitucionalizando expressamente esses limites na medida em que sejam mantidos pelo legislador ordinário. Fá-lo, então, através de uma norma constitucional com textura de regra, clara e taxativa que adota o critério adotado pela norma legal e que lhe dota, enquanto estiver em vigor[,] de força constitucional, de tal sorte que a preterição dos limites estabelecidos pela lei processual penal para a manutenção da prisão preventiva em cada momento de tramitação, transforma-se, ipso facto, numa desconformidade constitucional e numa vulneração de uma posição jurídica fundamental”.*

1.2. Tais ajustes não causam problema algum, pois como o Tribunal já considerou em diversas ocasiões, ele não se encontra vinculado ao escrutínio apenas das bases jurídicas invocadas pelo recorrente, podendo perfeitamente utilizar outros direitos como parâmetros de avaliação. O que não pode fazer é, num recurso por definição pessoalíssimo (v. *Acórdão nº 27/2019, 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ*, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, Rel: JC Pina Delgado, decidido por unanimidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608), escutinar condutas não impugnadas, como, de resto, já tinha assentado recentemente através do *Acórdão Luís Firmino (nº 50/2019, 27 de dezembro*, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, sublinhando que “*1.1. Não parece a este Tribunal que se tenha de escutinar outras condutas, nomeadamente eventual comportamento violador do direito a não se ser discriminado decorrente do facto alegado pelo recorrente de que, em outra situação similar, o órgão recorrido se terá pronunciado no sentido de que seria mister que o arguido fosse notificado pessoalmente do acórdão do tribunal superior, ao passo que no seu caso considerou que tal notificação pessoal não seria necessária, bastando apenas a dirigida à sua defensora. É que tal conduta não foi impugnada, nem o recorrente apresentou a eventual decisão em que a egrégia corte recorrida teria adotado tal entendimento*”), e

reiterado no mais recente *Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre v. STJ*, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, Rel: JC Pina Delgado, ainda não publicado, 3.2.

Até porque qualquer lesão a esta garantia consistiria automaticamente em ataque à liberdade sobre o corpo, ao processo justo e equitativo e até à presunção da inocência. Primeiro, porque é uma garantia da liberdade sobre o corpo. Segundo, na medida em que se se mantiver qualquer arguido preso para além do prazo processual legalmente estabelecido a conclusão incontornável é que também se está perante processo iníquo. E, por último, porque a presunção da inocência é um dos principais limites da prisão preventiva e quando se mantém o arguido preso ilegalmente, a sua presunção da inocência é afetada, independentemente das razões que justificam a conduta.

Portanto, averiguando a violação da garantia referida, é escusado avaliar a profanação autónoma desses outros direitos, pois, por um lado, se os efeitos de ingerência sobre essas posições jurídicas decorreriam irremediavelmente da vulneração da garantia a não se ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos legais, por outro, estariam dependentes também da sua lesão. Nesta conformidade, se esta violação não se atesta, a desses outros direitos também não, pois aquela conduta está intimamente ligada ao parâmetro-base indicado, pelo que só seria possível lesá-los através do seu atingimento.

2. Estabelecido o parâmetro, o próximo passo é averiguar se a conduta empreendida pelo tribunal recorrido que recusou o pedido de *habeas corpus* dos recorrentes quando estes alegam que se encontravam em prisão preventiva ilegal por estarem privados da sua liberdade além do prazo intercalar fixado pela lei violou a sua garantia fundamental de não serem mantidos em prisão preventiva fora do prazo legalmente estabelecido.

2.1. Todavia, não é prudente fazê-lo sem antes se proceder ao enquadramento legal e constitucional da situação e sem se explicitar o posicionamento das entidades que se pronunciaram a respeito.

2.1.1. Assim, no que concerne ao segundo ponto os recorrentes consideram que estão em prisão preventiva ilegal porque se encontram cerceados de sua liberdade sobre o corpo desde 18 e 20 de abril de 2019, respetivamente, e que, embora tenham requerido a abertura da audiência contraditória preliminar, até ao momento em que intentaram o pedido de *habeas corpus*, dia 23 de dezembro do mesmo ano, já tinha decorrido o prazo de oito meses sem que tivessem sido notificados do despacho de pronúncia ou de qualquer outro que tivesse considerado o processo de especial complexidade.

2.1.2. Por seu turno, o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça argumentou na douta decisão em que negou procedência ao pedido de *habeas corpus* dos recorrentes que a situação dos recorrentes não era de prisão preventiva ilegal, pois ao contrário do que eles afirmam, não tinha havido lugar à fase da audiência contraditória preliminar, na medida em que este requerimento havia sido indeferido pelo juiz de pronúncia. Assim sendo, no seu entender, o processo entrou na fase de julgamento, cujo prazo legal de prisão preventiva passa a ser de catorze meses, o qual ainda não se teria esgotado aquando da análise do pedido de *habeas corpus*. E, embora a decisão que rejeitou os pedidos de ACP dos recorrentes não tenha sido notificada aos recorrentes, para este órgão tal não constitui fundamento para se requerer essa providência extraordinária, já que o que interessa neste particular é a data de prolação do próprio ato e não a da sua notificação.

A decisão do órgão recorrido pode ser sumariada da seguinte forma: “*Sucedee, porém, que os requerimentos dos arguidos para a abertura da ACP foram rejeitados pelo tribunal. Assim sendo, não havendo lugar a essa fase processual que é facultativa e passível de indeferimento (art.º 323º n.º 2 e 326º n.º 2, todos do CPP), não se pode considerar o prazo de prisão preventiva da al.ª b), n.º 1, do art.º 279º CPP, porque não houve a fase processual da ACP. Como reiteradamente tem decidido este Supremo Tribunal, não havendo a ACP, o processo entra na fase seguinte, passando o prazo de prisão preventiva a ser de catorze meses (art.º 279º n.º 1, al.ª c), do CPP). Convém, contudo, realçar dois aspectos. Primeiro, conforme a jurisprudência deste Supremo Tribunal, a aferição dos prazos do art.º 279º do CPP, não se reportem à notificação do acto judicial praticado, mas sim a sua prolação. De facto, é esse o espírito do legislador que fala em despacho de pronuncia caso haja lugar a uma audiência contraditória preliminar, em condenação em primeira instância, em segunda instância e decisão com*

trânsito em julgado. Por conseguinte, a alegada falta de notificação do despacho que rejeitou a ACP não tem qualquer relevância na apreciação do pedido de Habeas Corpus, até porque não integra os fundamentos da providência. Em segundo lugar, há que ter em conta que a providência do Habeas Corpus, enquanto providência excepcional, demanda, ainda, que a ilegalidade da prisão preventiva seja grosseira e flagrante, além de actual. Ora, no caso em apreço, perante a rejeição do pedido de ACP, não há nenhuma situação de ilegalidade, porque a prisão preventiva está dentro do prazo previsto para a fase processual em que se encontra o processo, a da al^a c) do n^o 1 do art.º 279º CPP, ou seja, de catorze meses. Assim, pelo exposto, acordam os Juízes do Supremo Tribunal de Justiça, em indeferir o pedido de Habeas Corpus formulado pelos arguidos Joel Ermelindo Pereira de Brito e Rider Janó Miranda Tavares, por falta de fundamento bastante, nos termos do art.º 20º n^o 4, al^a d) do CPP”.

2.1.3. O Ministério Público também se pronunciou sobre a questão e, além de endossar os argumentos da entidade recorrida, ofereceu outros no sentido de que: primeiro, a presunção da inocência não teria sido em momento algum atingida, pois, dado que se relaciona a elementos probatórios, a comprovação da sua violação dependeria da audiência de discussão e julgamento, pelo que que sem ela seria difícil em sede de amparo constitucional sustentar tal vulneração; segundo, conforme considera, a ACP foi acertadamente rejeitada.

Nas suas palavras sublinha que “*Considerando que “a presunção de inocência” se reporta às provas, especialmente, à obrigatoriedade do acusador e julgador aduzirem elementos que provam a imputação objectiva e subjectiva de ilícitos penalmente relevantes aos arguidos, não é evidente que tendo havido uma acusação que elenca as provas careadas para os autos, e sem que se tenha realizado a audiência de discussão e julgamento se possa, de forma consistente, sustentar, através de um recurso de amparo constitucional, a violação da presunção de inocência; pois eventual desacordo com a apreciação dos factos indiciários que determinaram a prisão preventiva ou a sua manutenção, poderiam ser impugnados por via de um recurso, cuja [...] tramitação é relativamente célere, ao abrigo do disposto no artigo 263º do CPP. Porém na eventualidade de ser entendimento do Tribunal Constitucional a sindicância dos fundamentos da decisão do tribunal de primeira instância, sempre se dirá que, é nosso entendimento que a ACP, in casu, foi acertadamente rejeitada, por*

inadmissibilidade legal, nos termos do art.º 326º do CPP (vd. P. Pinto Albuquerque in-Comentário do CPP (...) anotação ao art.º 286º e 287º). Com o recurso de amparo pretende-se restabelecer ou preservar direitos, liberdades e garantias fundamentais e constitucionalmente reconhecidos e não, transforma-lo em mais uma instância de recurso ordinário das decisões do STJ. Para o recurso de amparo, não basta o inconformismo com a decisão do STJ. Exige-se que, à partida, um direito fundamental, reconhecido pela Constituição da República tenha sido violado, e se observe os procedimentos formais. Do exposto, conclui-se, por conseguinte, pela manifesta existência da violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos, como suscetível de recurso de amparo, pelo que:

- a) Deve ser negado provimento ao recurso de amparo, por falta de fundamento legal;*
- b) Os fundamentos aduzidos pelos recorrentes para fundamentar a ilegalidade da sua situação processual por via de extinção da prisão preventiva por decurso do prazo, não procedem”.*

2.2. Do ponto de vista constitucional e legal a questão já foi várias vezes conhecida pelo Tribunal que infere a garantia do número 4 do artigo 31 da Constituição da República cuja formulação foi feita nestes termos: “A prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei”. Trata-se de garantia fundamental de todo e qualquer arguido que a prisão preventiva esteja sujeita a prazos legalmente estabelecidos, pelo que ultrapassados tais prazos a liberdade sobre o corpo é violada e a prisão torna-se ilegal e constitucionalmente insuportável.

Esses prazos foram estabelecidos pela lei processual criminal ordinária no seu artigo 279 que dispõe que “1. A prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido: a) Quatro meses sem que tenha sido deduzida acusação; b) Oito meses sem que, havendo lugar à audiência contraditória preliminar, tenha sido proferido despacho de pronúncia; c) Catorze meses sem que tenha havido condenação em primeira instância; d) Vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância; e) Vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado. 2. Os prazos referidos no número antecedente poderão ser elevados, respectivamente, até seis, doze, dezoito, vinte e quatro e trinta meses quando o processo tiver por objecto crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a

oito anos e se revelar de especial complexidade, devido, nomeadamente ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime. 3. A elevação dos prazos prevista no número antecedente deverá ser decidida pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou oficiosamente, consoante a fase de processo em causa, devendo ser sempre particularmente motivados o requerimento e a decisão. 4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1, bem como os correspondentemente referidos no n.º 2, serão acrescentados de seis meses se tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional ou o processo penal tiver sido suspenso para julgamento em separado de questão prejudicial. 5. A prisão preventiva não poderá, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses a contar da data da detenção”

O prazo que interessa para a situação concreta é o que consta da alínea b) do número 1 nos termos do qual a prisão preventiva extingue-se passados oito meses sem que, havendo audiência contraditória preliminar, tenha sido proferido despacho de pronúncia.

3. Entretanto, o problema que o caso concreto levanta não tem que ver concretamente com o prazo em si, pois à data da entrada do pedido de *habeas corpus* já se tinham passado oito meses após a detenção do recorrente Rider Janó Miranda Tavares que ocorreu em último lugar no dia 20 de abril de 2019, mas sim com a existência ou não da fase da ACP.

Precisamente porque o Tribunal já tinha considerado em outro julgamento que o prazo de oito meses só tem aplicação nos casos em que houver lugar à audiência contraditória preliminar.

Na decisão que tirou no caso *Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, decidido pelo Acórdão nº 26/2019, de 9 de agosto, Rel: JC Pina Delgado, o Tribunal havia acolhido entendimento no sentido de que “5.1. *Precisamente porque o que parece a este Tribunal é que a disposição legal concreta sob escrutínio não parece suscitar dúvidas hermenêuticas de monta. O número 1 do artigo 279 do Código Processo Penal que estabelece a regra geral dos prazos máximos da prisão preventiva foi redigida em termos segundo os quais: “1. A prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu*

*início, tiverem decorrido: a) Quatro meses sem que tenha sido deduzida acusação; b) Oito meses sem que, havendo lugar à audiência contraditória preliminar, tenha sido proferido despacho de pronúncia; c) Catorze meses sem que tenha havido condenação em primeira instância; d) Vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância; e) Vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado”. Naturalmente, parece não restarem dúvidas que o prazo de oito meses só se aplica àqueles casos em que há audiência contraditória preliminar. Como se sabe, esta audiência corresponde a uma fase facultativa do processo que pode ser requerida nos termos dos artigos 324 e 325 do CPP. Neste caso, tendo sido deduzida acusação e por ser crime que não depende de acusação particular, o recorrente, na qualidade de arguido, tinha legitimidade para a requerer nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 324 desse diploma. Não parece suscitar dúvidas, mormente doutrinárias, tal facultatividade e dependência de pedido do arguido (ou de assistente presentes certas condições), pois, considerando a letra da norma legal e as interpretações que vem sendo sujeita, sendo de se registar, por exemplo, o trecho de Jorge Carlos Fonseca, “O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde. Dados de um percurso. Estrutura e Princípios Fundamentais” in: Augusto Silva Dias & Jorge Carlos Fonseca (Coord.), *Direito Processual Penal de Cabo Verde. Sumários do Curso de Pós-Graduação sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, ICJ-FDUL/ISCJS, 2009, pp. 104-105, assim construído: “O Código, na esteira do que previa o Anteprojecto, acabou por criar uma segunda fase preliminar, a que se deu a denominação emblemática de «audiência contraditória preliminar» (ACP), com o regime previsto nos arts. 323.º a 337.º. Trata-se, como a designação sugere e o próprio art. 323.º explicita, de uma fase facultativa, que apenas poderá ter lugar a requerimento do arguido ou do assistente e na forma de processo comum (ordinário). Em caso de acusação, o requerimento poderá ser interposto pelo arguido, ou, tratando-se de crime público ou semi-público, também pelo assistente (ou por quem no acto se constitua assistente) relativamente a factos pelos quais o Ministério Público não tiver deduzido acusação e que consubstanciem crime diverso ou agravação dos limites máximos da pena aplicável (n.º 1 do art. 324.º); em caso de arquivamento, e não se tratando de crimes particulares, o requerimento apenas poderá ser interposto pelo assistente ou por quem no acto se constitua como tal (art. 325.º). Esta fase, presidida e dirigida por um juiz, consubstancia-se numa autêntica audiência oral e contraditória, em que participam o Ministério Público, o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado, e se destina a obter uma decisão de*

submissão ou não da causa a julgamento, através da comprovação da decisão de deduzir acusação ou de arquivar a instrução, como se define, aliás, no n.º 1 do art. 323.º. É nesta fase que se produzirá toda a prova requerida previamente (requerimento para a realização da ACP – art. 326.º) ou no decurso da audiência (prova indiciária suplementar que se mostra necessária – art. 331.º, n.º 2, segunda parte, e 333.º, n.º 2), gozando o juiz dos poderes correspondentes aos conferidos ao juiz que preside à audiência de julgamento (n.º 1 do art. 330.º). É, ainda, de salientar a circunstância de poderem ser repetidos, desde que se revelem indispensáveis à realização das finalidades da ACP, os actos e diligências de prova praticados na instrução (n.º 6 do art. 331.º). A ACP será encerrada com a proferição, consoante aos casos – recolhidos ou não indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação de uma pena ou de uma medida de segurança -, de um despacho de pronúncia ou de não-pronúncia (art. 336.º, n.º 1). Vê-se, assim, que se trata de uma fase preliminar (não imposta pela Lei Fundamental, nem por ela, digamos, sugerida ou potenciada), mas que, ao ser criada como opção do legislador processual penal com a natureza e as finalidades atrás sumariamente descritas, teria que observar na sua estruturação os princípios constitucionais atinentes àquelas. Designadamente, é uma fase dominada pelo contraditório, de modo diferente, como vimos, do que acontece na fase de instrução, ainda que nela continue a vigorar o regime de segredo de justiça (n.º 1 do art. 110.º). Ou ainda Jorge Noronha e Silveira, “Formas de Processo e sua Tramitação em 1ª Instância no Novo Processo Penal Cabo-Verdiano” in: Ibid, p. 273, para quem “Para o arguido, a ACP representa um importante meio de defesa contra uma acusação que ele considera infundada. Para que o arguido tenha o direito de requerer a ACP é, assim, desde logo necessário que contra ele tenha sido deduzida acusação. Mas o arguido tem de demonstrar, além disso, que pretende retirar da realização da ACP uma utilidade processual concreta. O objectivo que o arguido pretenderá com a ACP será, na maioria dos casos, o de evitar o julgamento. Para alcançar esse resultado, o requerimento da ACP tanto pode contestar apenas a matéria de facto constante da acusação, como apenas a da qualificação jurídica, como ambas. Se a defesa do arguido não for susceptível de evitar o julgamento, ela deve, em princípio, ser apresentada apenas na contestação (art. 341.º do CPP). A realização da ACP nestes casos deve ser rejeitada, desde logo por razões de economia processual, pois dela o arguido não retirará qualquer utilidade processual relevante”. Não tendo sequer requerido a

abertura dessa fase, não pode beneficiar-se de prazo que só se aplicaria caso aquela audiência tivesse sido requerida e realizada.”

Concluindo posteriormente que “[...] nos casos em que a ACP não for requerida, não se vê outra alternativa senão a de considerar que o prazo máximo parcial da prisão preventiva é efetivamente como entende o órgão recorrido e o Ministério Público o de catorze meses nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 279, pelo que ainda o prazo para o proferimento da sentença na altura do pedido de *habeas corpus* ainda estaria longe de se esgotar”.

3.1. O âmago da questão reside neste particular precisamente porque, enquanto, por um lado, o STJ entende que não houve lugar à ACP porque os pedidos para a sua abertura foram rejeitados com fundamento na sua falta de motivação, pelo que o prazo que se aplicaria à situação dos recorrentes é o de 14 meses previsto na alínea c) do número 1 do artigo 279 do CPP, estes, por sua vez, entendem que se adentrou nessa fase, na medida em que a requereram e em momento algum antes de findo o prazo de oito meses e de terem dado entrada no pedido de *habeas corpus* foram notificados do despacho de pronúncia ou de qualquer outro que declarasse especial complexidade do processo.

3.2. Compulsados os autos verifica-se que de facto os recorrentes por punho próprio requereram a abertura da ACP, tendo o recorrente Joel Brito pedido que realizasse a audiência alegando que estaria preso injustamente e o recorrente Rider Tavares requerido a audiência ao que parece para que se esclarecesse certas contradições que ao seu ver constava dos autos.

3.2.1. Entretanto, por meio do despacho de 11 de outubro de 2019 subscrito pelo meritíssimo juiz comarcão, ambos requerimentos foram rejeitados com base na sua falta de “*indicação das razões de facto e/ou de direito relativamente à sua discordância com a acusação do Ministério Público*”, não tendo, todavia, o tribunal de instância notificado esta decisão aos recorrentes, conforme consta dos autos e o próprio tribunal de instância confirma na sua resposta ao pedido de *habeas corpus* quando afirmou que “8. *Sucedee, porém, que devido ao falecimento do escrivão de direito, esse despacho de rejeição da ACP não foi notificado aos arguidos*”.

3.2.2. Trata-se de problema de interpretação que consiste em saber se para efeitos de existência da ACP o que releva é o requerimento para a sua abertura ou a decisão judicial que a admite. A resposta a essa questão é evidente, pois a lei é clara no sentido de que o que determina a existência dessa fase facultativa é o seu deferimento pelo órgão judicial competente, que tem o poder vinculado e sujeito a recurso de o admitir ou rejeitar. Assim, havendo decisão de rejeição do requerimento de abertura da ACP não tem como se concluir que a fase existe, pois nem sequer começou.

3.3. Todavia, o problema é averiguar se, para efeitos de contagem dos prazos intercalares de subsistência de prisão preventiva, tal acontece com a prolação da decisão de indeferimento, com a sua notificação ao arguido ou então com a sua definitividade, isto porque esta decisão é recorrível e sobe imediatamente e em separado conforme consta das disposições da alínea f) do número 1 do artigo 446 e do número 2 do artigo 445 do Código de Processo Penal.

Embora não seja concretamente um caso de contagem do *dies ad quem* do prazo de manutenção da prisão em cada fase processual, como seria o caso de se saber se os oito meses de prisão preventiva em caso de existência da ACP se contam até a prolação do despacho de pronúncia ou da sua notificação ao arguido, mas sim de se decidir se houve ACP ou não, parece que legalmente a legislação ordinária não deixou muita margem de interpretação ao órgão aplicador neste tipo de caso, pois parece encaminhar para solução monolítica sufragadora da posição defendida pelo Supremo Tribunal de Justiça de que o último dia de prazo para se manter determinado arguido em prisão preventiva em cada fase processual é a data da prolação da decisão respetiva e não a da sua notificação ao arguido.

Esta interpretação, embora constitucionalmente questionável no sentido de se saber se é suficientemente garantística dos direitos de defesa em processo penal, não parece dar muitas alternativas de interpretação a um órgão judicial ordinário, pois decorre da formulação expressa do legislador ordinário na medida em que utiliza as seguintes expressões no artigo 279: “tenha sido deduzida acusação”, “tenha sido proferido despacho de pronúncia”, “tenha havido condenação(...)”.

Por conseguinte, no caso em apreço parece que o indeferimento da ACP é suficiente para que se conclua pela não existência dessa fase. E aqui não parece que questões de constitucionalidade se coloquem, porque, embora a decisão de indeferimento da ACP seja recorrível, o recurso não tem efeito suspensivo. Sobe em separado e imediatamente, mas o processo principal continua o seu trâmite normal passando, portanto, à fase de julgamento.

É o que parece resultar do artigo 448 do CPP cuja formulação deôntica fixa o seguinte: *“Terão efeito suspensivo do processo: a) Os recursos interpostos de decisões finais condenatórias, sem prejuízo do disposto no artigo 281.º; b) O recurso do despacho de pronúncia, quando legalmente admissível”*.

Portanto, não é necessário que o recurso sobre o pedido de ACP seja conhecido para que se conclua pela sua existência ou não, interpretação que parece perfeitamente válida do ponto de vista constitucional, na medida em que prossegue valores e princípios da Constituição Processual Penal importantes como sejam o da celeridade e de se ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa do arguido; isso sem prejuízo de se dar provimento ao recurso, situação que conduziria à fase solicitada, anulando-se todos os atos posteriormente praticados e aplicando as disposições cabíveis à ACP nomeadamente a referente ao prazo de prisão preventiva. Neste caso, a implicação natural de tal caminho determinaria a libertação imediata do arguido caso os oito meses tivessem transcorrido.

Todavia, enquanto for meramente recorrível, parece que a orientação mais consentânea do ponto de vista legal e que não parece conflitar com disposições constitucionais é a de que a rejeição da ACP significa pugnar pela não existência dessa etapa processual, pelo que o processo entra automaticamente na fase seguinte de julgamento cujo prazo máximo de prisão preventiva é de catorze meses como o Tribunal já o tinha considerado no caso citado.

Pelo que não se vê como contornar a interpretação do Supremo Tribunal de Justiça lançada à disposição legal do CPP sob escrutínio ao considerar que no caso concreto do recorrente não houve realização da audiência contraditória preliminar, na medida em que a mesma fora indeferida pelo juiz comarcão.

Aliás, essa possibilidade já havia sido em certa medida sugerida pelo acórdão de admissibilidade do presente pedido – *Acórdão n.º 3/2020, de 14 de fevereiro, Joel de Brito e Rider Janó v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, para. 3.4. –, quando arrazouou a respeito da eventualidade de adoção de medidas provisórias que “(...) *não é líquido que o sentido que o Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º 65/2019, atribuiu à regra constante da alínea b) do n.º 1 do artigo 279.º do CPP, seja desrazoável. Por conseguinte, não se pode dar por verificada a forte probabilidade de terem sido violados os direitos fundamentais invocados pelos recorrentes*”.

4. Questão final a decidir seria a de se pronunciar sobre possível remessa do processo ao Procurador-Geral da República com vista a eventual pedido de fiscalização concreta da norma segundo a qual o *dies ad quem* para a contagem do prazo máximo de prisão preventiva é a data da prolação da decisão que encerra cada fase e não a da sua notificação ao arguido.

Este entendimento, completamente coberto pela legislação, tem sido aplicado em vários arestos da entidade recorrida, podendo até ser considerado jurisprudência uniforme e constante deste órgão. Todavia, não se pode negar que tem constitucionalidade duvidosa, no sentido de suscitar dúvidas se não viola garantias de defesa do arguido em processo penal, bem como o direito genérico a um processo justo e equitativo, na medida em que pode dar azo a arbitrariedades e abusos do poder judicial. Porque os titulares da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legalmente estabelecidos ficam à mercê do autocontrolo exclusivo deste poder. Por conseguinte, é muito menos garantístico do que interpretação alternativa no sentido de que a decisão que encerra cada fase deva ser notificada ao arguido dentro do prazo de prisão preventiva, sob pena de se tornar ilegal por impedir que ele próprio tenha elementos para controlar o cumprimento dos prazos pelo tribunal.

Portanto, em uma situação normal em que a norma fosse efetivamente aplicada e tivesse ligação com a conduta exata objeto do escrutínio de amparo, esta Corte teria necessariamente de reencaminhar o processo ao Ilustre Senhor Procurador-Geral da República para efeitos de fiscalização sucessiva e concreta dessa norma.

Entretanto, não parece a este Tribunal que nesta situação concreta o Pretório recorrido, não obstante ter feito menção a este entendimento e se referido à sua jurisprudência nessa matéria, tenha aplicado essa norma para resolver o pedido de *habeas corpus* que lhe fora dirigido pelos recorrentes, precisamente porque não se tratava de questão de contagem do prazo de prisão preventiva em si na hipótese de ter ocorrido ACP, mas ao invés de se determinar se na situação concreta que estava a lidar houve esta fase facultativa.

Nas suas palavras quando se referiu a este entendimento o tribunal recorrido teceu as seguintes considerações: “*Convém, contudo, realçar dois aspectos. Primeiro, conforme a jurisprudência deste Supremo Tribunal, a aferição dos prazos do art.º 279º do CPP, não se reportem à notificação do acto judicial praticado, mas sim a sua prolação. De facto, é esse o espírito do legislador que fala em despacho de pronuncia caso haja lugar a uma audiência contraditória preliminar, em condenação em primeira instância, em segunda instância e decisão com trânsito em julgado. Por conseguinte, a alegada falta de notificação do despacho que rejeitou a ACP não tem qualquer relevância na apreciação do pedido de Habeas Corpus, até porque não integra os fundamentos da providência*”

Assim, reiterando o entendimento que adotou nos autos *Paulo Alexandre v. Supremo Tribunal de Justiça* (decidido pelo *Acórdão 19/2020, de 8 de maio*, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, Rel: JC Pina Delgado, 3.4), o Tribunal não considera que seja situação em que se deva remeter o processo a Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República para a fiscalização concreta da constitucionalidade da norma, uma vez que a conduta objeto de escrutínio não foi praticada em determinação da mesma e a norma apenas foi referida por via indireta, bastando neste caso deixar registada a constatação que se expôs.

III. Decisão

Pelo que antecede, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em Plenário decidem que o Tribunal recorrido, ao negar o pedido de *habeas corpus* dos recorrentes por considerar que não estavam ilegalmente presos, com o argumento de que a decisão de rejeição de realização de ACP, tendo como efeito a inexistência dessa fase processual, foi

tomada dentro do prazo legal, não violou a garantia de não serem mantidos em prisão preventiva fora dos prazos legais.

Registe, notifique e publique.

Praia, 11 de junho de 2020

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 23 de junho de 2020.

O Secretário

João Borges